

Saúde ampliará programas preventivos

ANA MÁRCIA SERAPHIN
Da sucursal de Brasília

Ao contrário do que vem ocorrendo até agora, o governo procurará, nos próximos dois anos, mudar o enfoque do modelo vigente de atendimento hospitalar, apenas curativo, mediante a aplicação de recursos suficientes ao setor, que lhe permitam benefícios essenciais e coletivos, e ao mesmo tempo evitem que a população adoça. Na prática, isto será efetivado por um "agigantamento" dos gastos em alimentação e nutrição, serviços básicos de saúde, controle das doenças transmissíveis e em medicamentos essenciais. Existem duas propostas neste sentido: a

primeira é aumentar os gastos com saúde preventiva em 16%, em 1984, e em 21%, em 1985, em relação aos gastos de 1980. A segunda prevê acréscimos menores: de 9% e 14%, no biênio.

Esta linha de atuação e gastos com saúde, prevista para o período 1984/85, incluindo ainda o segundo semestre deste ano, é a base da nova Consolidação Plurianual de Programas de Governo (CPPG) — 1980-1985, elaborada por técnicos do setor Saúde do Centro Nacional de Recursos Humanos — CNRH —, do Instituto de Planejamento Econômico e Social — Ipea — da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Concluído esta semana, o trabalho tem por objetivo orientar as autoridades financeiras na destinação

correta dos recursos orçamentários para o setor no próximo biênio.

Ressalta o documento, com 55 páginas e já encaminhado ao ministro Delfim Netto, que sua elaboração representa "um esforço no sentido de correção de um sistema que traz em si o germen dos gastos crescentes, sem um correspondente acréscimo no nível de bem-estar da população sob sua responsabilidade". Seguindo esta linha crítica de raciocínio, o trabalho acentua que se procurou "um gradativo reequilíbrio entre os mais destacados ramos orçamentários do setor, com vistas a obter uma estrutura de dispêndios mais compatível com a realidade epidemiológica e social conhecida no País".

A PROPOSTA

Como metas a atingir ao final de

1985, com vistas a alterar o atual quadro sanitário do País, o documento apresenta as seguintes prioridades, por ordem de importância, que os diversos programas de saúde passarão a merecer nas próximas dotações orçamentárias do governo. Em primeiro lugar, e com prioridade absoluta, vem a assistência médico-sanitária. A proposta é manter aos atuais níveis os serviços hospitalares, enquanto o crescimento da linha de prestação de serviços básicos atingirá a 550%, destinando-se ao programa Cr\$ 278 bilhões no biênio, para atendimento à população rural e das periferias (abrangendo cerca de 65 milhões de pessoas). Além disso, haveria melhora qualitativa da atual rede de serviços básicos existente e estabelecimento de uma rede única de saúde

destinada ao atendimento das populações desassistidas e marginalizadas.

Na área da alimentação e nutrição — segunda prioridade do governo para o setor —, a proposta é de acréscimo anual de 30% ao orçamento do Inan, para a melhora dos cardápios de suplementação alimentar.

A produção interna e distribuição de medicamentos essenciais compreendem a terceira prioridade do CPPG. Foi proposto acréscimo de 10%, em 84, e 15%, em 85, ao orçamento da Ceme, para fortalecimento da indústria química-farmacêutica nacional (que este ano já receberia Cr\$ 11 bilhões) e incremento do fornecimento de remédios essenciais a cerca de 41 milhões de

pessoas (dobrando-se a cobertura atual).

A seguir vem o combate às doenças transmissíveis, com recursos de Cr\$ 61 bilhões por ano, fora Cr\$ 70 bilhões para fármacos e as seguintes recomendações: Malária — interrupção da transmissão dos focos da doença ainda existentes em Goiás, Minas, Paraná, Santa Catarina e Amazônia Legal; Chagas — interrupção da sua transmissão em 60% (cerca de 277 municípios com 7,9 milhões de habitantes); Esquistossomose — eliminação dos focos existentes em áreas não endêmicas, para evitar o alastramento do problema; Febre Amarela — Erradicar o **Aedes Aegypti**, mosquito transmissor da doença, e vacinar a população sob risco.